



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

MANUAL DOS ACIONISTAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 25/04/2023

Fortaleza, 04 de abril de 2023.



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2. CONVITE
3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO
 - 3.1 PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL
 - 3.2 PARTICIPAÇÃO POR VOTO À DISTÂNCIA
4. EDITAL DE CONVOCAÇÃO
5. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO
6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual dos Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), a ser realizada em 25/04/2023.

Este documento, que contém todas as informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas, bem como as orientações para o exercício do direito de voto na respectiva Assembleia Geral, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer, participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral da Companhia.

Atenciosamente,

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente do Conselho de Administração



2. CONVITE

Aos Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Energética do Ceará – Coelce vem, por meio desta, convidar V.Sas. a participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 25/04/2023, às 10 horas.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP: 60135-040, às 10:00 no dia 25/04/2023 para examinar, discutir e votar as seguintes matérias de interesse da Companhia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I. Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
- II. Destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e distribuição de dividendos;
- III. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024;
- IV. Uma vez instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia espera que o presente Manual seja útil aos senhores acionistas e incentive vossa participação na Assembleia Geral.



3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

O edital de convocação da Assembleia Geral consta deste Manual e será publicado no jornal O Povo.

A Assembleia Geral somente será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representando o *quórum* mínimo legal para o tema, conforme a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), conforme alterada. A Assembleia Geral, em segunda convocação, será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação da matéria a ser apreciada na Assembleia Geral dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

3.1. Participação Presencial

Como a Assembleia Geral discutirá temas de interesse da Companhia e de V.Sas., apenas as pessoas que comprovarem sua qualidade de acionistas - ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável - poderão comparecer e participar da Assembleia Geral, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme a legislação aplicável, para comprovar a qualidade de acionistas, ou representantes de acionistas, e participar da Assembleia Geral, V.Sas. deverão apresentar os seguintes documentos:

- (i) Comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia expedido com no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - a) Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.
 - b) Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representantes(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e registrado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), devidamente registrada.
 - c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).

Na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de procuração devidamente regularizado na forma da lei e dos atos societários que comprovem a representação legal com antecedência de 72 (setenta e duas horas) contadas da data de realização da Assembleia Geral, através do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou à Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza CE, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”)



caso seja entregue por Correios ou courier.

Antes de abrirem-se os trabalhos da Assembleia Geral, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares, conforme Artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2. Participação Por Voto à Distância

Conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em assembleias gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado em documento denominado “Boletim de voto a distância”.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto à Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução Resolução CVM nº 81/22, deverá encaminhar os seguintes documentos através do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou à Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza CE, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier. Documentos a serem entregues:

(i) Via física do Boletim de Voto à Distância com (a) todos os seus campos devidamente preenchidos; (b) todas as suas páginas rubricadas; e (c) a assinatura do acionista ou de seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, nos termos da regulamentação vigente;

(ii) Comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia; e

(iii) Cópia autenticada dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

b) Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração).

c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).

O Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data de realização da respectiva assembleia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, artigo 27.



Uma vez recebidos o Boletim de Voto à Distância e os documentos que o tiverem acompanhado, a Companhia comunicará o acionista acerca de sua aceitação ou não, neste caso, devidamente justificada, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do seu recebimento, nos termos do artigo 39 da Resolução CVM nº 81/22.

Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia Geral, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar - São Paulo

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentoescuracao@itau-unibanco.com.br



4. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

CNPJ nº 07.047.251/0001-70

NIRE nº 23300007891

Companhia Aberta

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “assembleias”), a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 10 horas, na sede da Companhia, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza - CE, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I. Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
- II. Destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e distribuição de dividendos;
- III. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024;
- IV. Uma vez instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Para participar das assembleias, o acionista deverá apresentar comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia. Caso o acionista seja representado por procurador, a Companhia solicita o depósito do respectivo mandato acompanhado dos documentos necessários, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia das assembleias. Solicita-se aos acionistas que observem o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76.

Para instalação do Conselho Fiscal é necessário o pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) de ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70 de 22/03/2022.

Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70 de 22/03/2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).



O acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia., conforme orientações constantes do Boletim de Voto à Distância e do Manual de Participação para as respectivas Assembleias Gerais.

Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas assembleias encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e por meio de sistema eletrônico da página da CVM (www.cvm.gov.br).

Fortaleza, 04 de abril de 2023.

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente do Conselho de Administração

5. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO

Abaixo constam modelos de procuração e substabelecimento para mera referência dos acionistas. Os acionistas também poderão utilizar outras procurações que não a sugerida neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei nº 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO OUTORGANTE)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº _____, emitido por _____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº _____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, nomeia (qualificação completa dos Outorgados), para representação da Outorgante nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 10hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções anexas a este instrumento de mandato. Os aqui Outorgados ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da(s) respectiva(s) ata(s) e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito às assembleias aqui mencionadas.

(local), (dia e mês) de 2023.

(assinatura)



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, Eu, (qualificação completa do Procurador), substabeleço para (qualificação completa dos substabelecidos), os poderes a mim outorgados por **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO ACIONISTA)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº ____, emitido por ____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº ____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, para fins de representação da Outorgante nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 10hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções de voto anexas a este instrumento de mandato. Os aqui substabelecidos ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da(s) respectiva(s) ata(s) e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito às assembleias aqui mencionadas.

(local), (dia e mês) de 2023.

(assinatura)

6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará (“Coelce” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 25/04/2023, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2022, nos termos do item 2, do Anexo C, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes:

A Administração da Companhia informa que foram publicadas em 24 de fevereiro de 2023, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2022, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos:

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2022 um lucro líquido de R\$640.570.410,49 (seiscentos e quarenta milhões de reais, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e nove centavos), dos quais, subtraído o montante de R\$78.981.569,82 (setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos), relativo ao incentivo fiscal (SUDENE), e acrescido o montante de R\$114.000,00 (cento e quatorze mil reais), referente à reversão de dividendos prescritos, nos termos do art. 287, II, "a", da Lei 6.404/76.

Tendo em vista (i) a faculdade da Companhia prevista no § 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, de deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, e que (ii) o saldo resultante da soma da reserva de capital mais a reserva legal da Coelce ultrapassa 30% do capital social da Companhia, a Administração propõe não destinar qualquer parcela do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal.

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas da Companhia que o lucro líquido de R\$640.570.410,49 (seiscentos e quarenta milhões de reais, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e nove centavos) seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$160.975.710,17 (cento e sessenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil, setecentos e dez reais e dezessete centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos, dos quais, aproximadamente, 15% (quinze por cento) referem-se ao dividendo mínimo obrigatório e, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) referem-se a juros sobre capital próprio já pagos no exercício de 2022, no montante de R\$137.000.000,00 (cento e trinta e sete milhões de reais), conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/06/2022 e que serão ajustados e deduzidos do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

O saldo remanescente, no valor de R\$400.727.130,50 (quatrocentos milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e trinta reais e cinquenta centavos), reduzido pelo valor de R\$2.022.672,96 (dois milhões, vinte e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$398.704.457,54 (trezentos e noventa e oito milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, será proposta a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais), a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na mesma data da AGO.

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25/04/2023, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31/12/2023, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de



distribuição do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2022, no valor de R\$ 2,06762690 por ação ordinária, ação preferencial Classe “A” e ação preferencial classe “B”.

Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, propõe-se a capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$ 197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais) sem a emissão de novas ações, que será objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na mesma data da AGO.

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022, nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 10º da referida Resolução (Anexo II).

3 - Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024, será de até: R\$ 16.122.990,89 (dezesesseis milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa reais e oitenta e nove centavos).

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022.

4 – Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal por acionistas titulares de, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, a administração propõe a eleição dos seguintes candidatos: Srs. Jorge Parente Frota Junior e Antonio Cleber Uchoa Cunha, para ocupar os cargos de Membros Titulares, e Srs. Aldemir Ferreira de Paula Augusto e Antonio Cleto Gomes, para ocupar os cargos de Membros Suplentes.

Caso se aprove a instalação do Conselho Fiscal, a Administração propõe ainda que a Assembleia aprove a proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal de até R\$ 303.278,56.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal será o equivalente de 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81/2022, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho Fiscal da Companhia.



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

1. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. (Vide Anexos V e VI desta proposta da Administração)

Considerando que após a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite de que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, a Administração propõe a aprovação da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$ 197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais). O capital social da Companhia passará de R\$ 1.085.346.885,77 (um bilhão, oitenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), para R\$ 1.282.346.885,77 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.



Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022 – Relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 2 do Formulário de Referência.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último exercício social, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia é confortável, e se mantém em patamares conservadores. A Companhia encerrou 2022 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,55 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA e Dívida Bruta acumulado nos últimos 12 meses) em 2,97.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou 2022 em 2,80 com suave incremento em relação ao do ano anterior (2,78). Apesar do aumento, o nível do indicador continua dentro das condições normais de mercado e abaixo do nível de referência (3,5).

Considerando o nível de alavancagem e os índices de liquidez, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bruta / EBITDA	2,97
Dívida Líquida / EBITDA	2,80
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,55
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,53
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2022
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,47
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,68
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,06

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Financeiros Derivativos, presente tanto no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;



Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b. estrutura de capital

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2022
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.956.902
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	4.493.403
TOTAL (R\$ mil)	8.450.305
Capital Próprio (%)	46,8%
Capital de Terceiros (%)	53,2%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2022, 46,8% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 53,2% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2022, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:

Repassse BNDES	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bancária Líquida* ÷ EBITDA	Limite Máx. 3,50	1,11
Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + Patrimônio Líquido)	Limite Máx. 0,60	0,31

*Dívida Bancária Líquida = Dívida Bancária - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários - Garantias de Financiamento

Escritura da 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures e Scotiabank 4131 III	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Financeira Líquida** ÷ EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,55

** Dívida Financeira Líquida = Dívida Bruta - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários - Garantias de Financiamento



BNP 4131, Scotiabank 4131 IV, V e VI, Sumitomo 4131, Citibank 4131 e 8ª emissão de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Financeira Líquida*** ÷ EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,56

*** Dívida Financeira Líquida = Dívida Bruta - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários.

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Ao final do exercício de 2022, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2022, medindo 2,56, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 8ª emissão das debêntures e algumas operações de 4131), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia mantém índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida somada ao Patrimônio Líquido), que fechou 2022 em 0,31 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2022 as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa “Baixa Renda”; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão).

Os diretores da Companhia esclarecem que os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros, incluindo parte dos investimentos. Todavia, a companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para capital de giro e realização de investimentos.

No exercício de 2022, foram captados recursos nos montantes de R\$ 600.000 mil com a emissão de debêntures, para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, foram captados R\$ 631.700 mil oriundos de operações bancárias (4131) e R\$ 1.298.319 mil oriundos de operações *intercompany* para financiar capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2022, estas linhas de *back-up* financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979 de 11



de dezembro de 2018 no valor de até R\$ 800.000 mil, posteriormente ampliado devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, através dos despachos Nº 1.540 de 28 de maio de 2021 (R\$ 600.000 mil) e Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021 (R\$ 500.000 mil), totalizando um montante de R\$ 1.900.000 mil.

Também para capital de giro, a Companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, BANCO DO NORDESTE e outras entidades de fomento, quando disponíveis, como ELETROBRÁS e SUDENE, e também a emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2022
Moeda Estrangeira	
União Federal - Bônus de Desconto (a)	6.024
União Federal - Bônus ao Par (a)	8.643
SCOTIABANK 4131 III (e)	409.263
BNP 4131 II - COELCE (d)	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (e)	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE (f)	262.040
Citibank 4131 - COELCE (g)	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V (e)	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI (e)	130.566
Total Moeda Estrangeira	1.684.444
Moeda Nacional	
Financiamentos	2.732
BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013) (b)	2.064
FINEP (h)	668
Empréstimos	256.026
BNB II (c)	256.026
Empréstimos com Partes Relacionadas	952.318
Enel Finance International II (i)	274.882
Enel Finance International N.V. (i)	526.661
Mútuos Enel BR (j)	150.775
Total Moeda Nacional	1.211.076
Total Moeda Nacional	1.211.076
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.895.520
Instrumentos financeiros derivativos	103.749
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.999.269



Circulante	1.187.266
Não Circulante	1.812.003
	<u>2.999.269</u>

Características das operações financeiras:

a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) – Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos, dos quais apenas os subcréditos D-Bond (Bônus de Desconto) e P-Bond (Bônus ao Par) ainda estão vigentes com vencimento previsto para 11 de abril de 2024, remunerados a Libor + 1,0125% a.a e 6,2% a.a respectivamente, e ambos com variação cambial em dólares norte-americanos.

b) Repasse BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013) – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia, contratado em 26 de agosto de 2013, no montante total de R\$ 37.091.199,60, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES. Tais contratos possuem *covenants* financeiros.

c) BNB II - A Companhia celebrou contratos, em 29 de março de 2018, com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de Investimentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no valor total de R\$ 340.350.914,68.

d) BNP 4131 II - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 01 de abril de 2021, no montante de R\$ 135.000.000,00.

e) SCOTIABANK

- SCOTIABANK 4131 III – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 06 de janeiro de 2021, no montante de R\$ 400.000.000,00.
- SCOTIABANK 4131 - COELCE IV – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 16 de julho de 2021, no montante de R\$ 210.000.000,00.
- SCOTIABANK 4131 V – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 230.000.000,00.
- SCOTIABANK 4131 VI – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 21 de novembro de 2022, no montante de R\$ 130.000.000,00.

f) Sumitomo 4131 – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 15 de outubro de 2021, no montante de R\$ 278.250.000,00.

g) Citibank 4131 - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 24 de março de 2022, no montante de R\$ 271.700.000,00.

h) FINEP - Financiamento para o plano de investimentos da Companhia contratado em 17 de abril de 2020, no montante total de R\$ 663.390,00.

i) Enel Finance International N.V- Operação de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 02 de março de 2021, no montante de R\$ 500.000.000,00.

Enel Finance International N.V II - Operação de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 13 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 270.603.000,00.



j) Mútuos Enel BR - Operações de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinados em 13 e 20 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 211.096.070,87. Adicionalmente foram contratadas mais operações intercompany com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia, os quais foram assinados em 05 e 31 de janeiro, 15 e 21 de fevereiro, 04 de março, 20 de junho, 20 de julho, 22 de agosto, 20 de setembro, 20 de outubro, e 16 de novembro de 2022, no montante total de R\$ 1.027.716,28.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	446.812
2025	963.053
2026	288.455
2027	48.938
Após 2027	19.131
	1.766.389

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas pela Companhia (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2022
2ª Série - 5ª Emissão	197.803
1ª Série - 6ª Emissão	40.241
2ª Série - 6ª Emissão	350.356
1ª Série - 7ª Emissão	181.871
2ª Série - 7ª Emissão	389.833
1ª Série - 8ª emissão	628.048
(-) Custo de transação	(24.560)
Total sem efeito de swap	1.763.592
Resultado das operações de swap	-
Total de debentures	1.763.592
 Circulante	 337.413
Não Circulante	1.426.179
	1.763.592

Características das emissões:

Características	5ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	150.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00



Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2023
Vencimento final	15 de dezembro de 2024
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,0013% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	2 parcelas
Data das amortizações	2023 e 2024

Características	6ª Emissão 1ª Série	6ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	40.000 debêntures simples	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2018	15 de junho de 2018
Vencimento Inicial	15 de junho de 2023	15 de junho de 2024
Vencimento Final	15 de junho de 2023	15 de junho de 2025
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,95% a.a	IPCA + 6,1965% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Parcela única	2 parcelas
Data das amortizações	2023	2024 e 2025

Características	7ª Emissão 1ª Série	7ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	300.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019	15 de março de 2019
Vencimento Inicial	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Vencimento Final	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,50% a.a	IPCA + 4,50% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	2 parcelas	Parcela única
Data das amortizações	2022 e 2023	2024

Características	8ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária



Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de maio de 2022
Vencimento Inicial	15 de maio de 2032
Vencimento Final	15 de maio de 2032
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,21% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	3 parcelas
Data das amortizações	2030, 2031 e 2032

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2017, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia nos anos de 2016, 2017 e 2018.

A 5ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2017, com 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 500.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,80% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de dezembro de 2021 e 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não havia valores em aberto.

A segunda série foi emitida com 150.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 6,0013% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2024.

6ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de abril de 2018, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia ao longo do ano de 2017.

A 6ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de junho de 2018, com 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 310.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 40.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,95% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da primeira série, 15 de junho de 2023.

A segunda série foi emitida com 270.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com



remuneração de IPCA + 6,1965% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de junho de 2024 e 15 de junho de 2025.

7ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 7ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de março de 2019, com 650.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 650.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,50% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de março de 2022 e 15 de março de 2023.

A segunda série foi emitida com 300.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 4,50% a.a., exigíveis anualmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da segunda série, 15 de março de 2024.

8ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de maio de 2022, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 8ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de maio de 2022, com 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 600.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures contam com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA+ 6,21% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 3 parcelas, nas datas de vencimento de 15 de maio de 2030, 15 de maio de 2031 e 15 de maio de 2032.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	667.778
2025	135.000
2026	-
Após 2026	623.401
	1.426.179

Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures, por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financiamento e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022	%
--	-------------------------------	---



Moeda nacional		
Taxa Fixa	30.151	0,63%
TJLP	668	0,01%
CDI	3.530.976	74,14%
IPCA	1.194.017	25,074%
Libor	6.024	0,13%
USD SOFR	4.155	0,09%
EURIBOR 3M	(3.130)	-0,09%
Total	4.762.861	100,00%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA e SANTANDER, (sindicato de repasse BNDES), Scotiabank, BNP, Citibank e Sumitomo (operações de 4131) e BANCO DO NORDESTE.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas;

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2022, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do BNDES, do Banco do Nordeste e da União Federal.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, conforme descrito no item 2.1c desse formulário, a saber: Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5 - para as debêntures da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Emissão; Dívida Bancária Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5; Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + PL) ≤ 0,6 – para Contrato de Repasse BNDES; Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5 - para operações de 4131 com Scotiabank, BNP, Citibank e Sumitomo.

- Distribuição de dividendos:



A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB), há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de default pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Nos contratos BNB e com recursos de repasse BNDES, há obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, assim como nas debêntures, em casos específicos.

- Vencimento antecipado cruzado (cross acceleration):

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Valores em R\$ mil

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2022
2ª Série - 5ª Emissão	197.803
1ª Série - 6ª Emissão	40.241
2ª Série - 6ª Emissão	350.356
1ª Série - 7ª Emissão	181.871
2ª Série - 7ª Emissão	389.833
1ª Série - 8ª emissão	628.048
(-) Custo de transação	(24.560)
SCOTIABANK 4131 III	409.263
BNP 4131 II - COELCE	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE	262.040
Citibank 4131 - COELCE	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.566
BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013)	2.064
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	3.435.433
Dívida Bruta Total (b)	4.762.861
(a)/(b)	72%

- Protesto de Títulos:

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (covenants financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia. A Companhia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.



g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2022):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2022	Desembolso total	Garantias
Mútuo Enel BR III	Capital de giro	70.429	-	05/01/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR IV	Capital de giro	110.556	-	31/01/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR V	Capital de giro	100.638	-	15/02/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR VI	Capital de giro	50.315	-	21/02/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR VII	Capital de giro	352.205	-	04/03/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR VIII	Capital de giro	80.335	-	20/06/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR IX	Capital de giro	50.278	-	20/07/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR X	Capital de giro	100.497	-	22/08/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR XI	Capital de giro	42.165	-	20/09/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR XII	Capital de giro	20.082	-	20/10/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR XIII	Capital de giro	50.216	-	16/11/2022	100%	100%	-
Citibank 4131	Capital de giro	271.700	-	24/03/2022	100%	100%	-
Scotiabank 4131 V	Capital de giro	230.000	-	23/09/2022	100%	100%	-
Scotiabank 4131 VI	Capital de giro	130.000	-	21/11/2022	100%	100%	-
EFI - Credit Agreement II	Capital de giro	270.603	-	13/12/2022	100%	100%	-

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados no respectivo período demonstrado, com o objetivo de financiar capital de giro.

Os diretores esclarecem que os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

No exercício de 2022, a Companhia desembolsou R\$ 1.930.019 mil de operações para financiar capital de giro, deste montante R\$ 631.700 mil foram oriundos de operações bancárias (4131) e R\$ 1.298.319 mil de operações intercompany.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	2022	Análise vertical (%)	2021	Análise vertical (%)	Variação (%) 2022x2021	Var.
<u>Atividades operacionais:</u>						
Lucro líquido do exercício	640.570	100,00%	488.587	100,00%	31,11%	151.983
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</u>						
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	113.124	17,66%	188.552	38,59%	-40,00%	(75.428)
Perda de recebíveis de clientes	13.055	2,04%	62.978	12,89%	-79,27%	(49.923)
Depreciação e amortização	408.084	63,71%	341.068	69,81%	19,65%	67.016
Juros e variações monetárias	(26.195)	-4,09%	222.568	45,55%	-111,77%	(248.763)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	256.274	40,01%	(45.836)	-9,38%	-659,11%	302.110
Marcação a mercado de dívida	9.752	1,52%	-	0,00%	0,00%	9.752
Ativos e passivos financeiros setorial	147.050	22,96%	19.042	3,90%	672,24%	128.008
Atualização do ativo financeiro da concessão	(191.043)	-29,82%	(328.258)	-67,19%	-41,80%	137.215
Valor residual de intangível e imobilizado	22.905	3,58%	354	0,07%	6370,34%	22.551



Tributos e contribuições social diferidos	(19.664)	-3,07%	(19.898)	-4,07%	-1,18%	234
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21.848	3,41%	19.700	4,03%	10,90%	2.148
Obrigações com benefícios pós-emprego	8.192	1,28%	8.649	1,77%	-5,28%	(457)
Redução (aumento) dos ativos:						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(280.699)	-43,82%	(488.375)	-99,96%	-42,52%	207.676
Créditos de Subvenção desconto tarifário	70.353	10,98%	(60.932)	-12,47%	-215,46%	131.285
Ativo financeiro setorial	341.599	53,33%	(537.713)	-110,05%	-163,53%	879.312
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	136.426	21,30%	(23.616)	-4,83%	-677,68%	160.042
Outros tributos compensáveis	115.048	17,96%	241.574	49,44%	-52,38%	(126.526)
Depósitos vinculados	787	0,12%	(1.122)	-0,23%	-170,14%	1.909
Outros créditos	48.639	7,59%	(70.717)	-14,47%	-168,78%	119.356
Aumento (redução) dos passivos:						
Fornecedores	(35.702)	-5,57%	385.912	78,99%	-109,25%	(421.614)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(663.206)	-103,53%	25.291	5,18%	-2722,30%	(688.497)
Salários, provisões e encargos sociais	10.455	1,63%	(11.297)	-2,31%	-192,55%	21.752
Imposto de renda e contribuição social a pagar	175.879	27,46%	185.400	37,95%	-5,14%	(9.521)
Outras obrigações fiscais	(23.543)	-3,68%	66.806	13,67%	-135,24%	(90.349)
Passivo financeiro setorial	186.130	29,06%	(209.220)	-42,82%	-188,96%	395.350
Encargos setoriais	(14.825)	-2,31%	(4.816)	-0,99%	207,83%	(10.009)
Outras obrigações	29.571	4,62%	65.390	13,38%	-54,78%	(35.819)
	1.500.864	234,30%	520.071	106,44%	188,59%	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(124.099)	-19,37%	(240.226)	-49,17%	-48,34%	116.127
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(75.551)	-11,79%	(28.560)	-5,85%	164,53%	(46.991)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(10.182)	-1,59%	(10.852)	-2,22%	-6,17%	670
Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(251.002)	-39,18%	(106.436)	-21,78%	135,82%	(144.566)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(133.906)	-20,90%	(10.202)	-2,09%	1212,55%	(123.704)
Pagamentos de juros de arrendamento	(9.121)	-1,42%	(425)	-0,09%	2046,12%	(8.696)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	897.003	140,03%	123.370	25,25%	627,08%	773.633
Atividades de investimentos:						
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.980.380)	-309,16%	(1.167.941)	-239,04%	69,56%	(812.439)
Cauções e depósitos	(868)	-0,14%	(2.518)	-0,52%	-65,53%	1.650
Títulos e valores mobiliários	(6.252)	-0,98%	11.728	2,40%	-153,31%	(17.980)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.987.500)	-310,27%	(1.158.731)	-237,16%	71,52%	(828.769)
Atividades de financiamentos:						
Captação de empréstimos e financiamentos	2.530.019	394,96%	1.870.050	382,75%	35,29%	659.969
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.277.103)	-199,37%	(693.865)	-142,01%	84,06%	(583.238)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(20.317)	-3,17%	(7.231)	-1,48%	180,97%	(13.086)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	-3,56%	105.750	21,64%	-121,58%	(128.566)
Parcelamento especial	(436)	-0,07%	(1.541)	-0,32%	-71,71%	1.105
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(140.608)	-21,95%	(199.501)	-40,83%	-29,52%	58.893
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.068.739	166,84%	1.073.662	219,75%	-0,46%	(4.923)
Variação no caixa líquido da Companhia	(21.758)	-3,40%	38.301	7,84%	-156,81%	(60.059)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	204.316	31,90%	166.015	33,98%	23,07%	38.301
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	182.558	28,50%	204.316	41,82%	-10,65%	(21.758)

Explicações das principais variações significativas das demonstrações dos fluxos de caixa:

- Redução nas linhas de “Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa” e “Perda de recebíveis de clientes” : a redução no acumulado do exercício é justificada principalmente por ações realizadas pela Companhia visando redução da inadimplência.



- Redução nas linhas de “Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial” e “Marcação a mercado de dívida” : as variações são reflexo da variação cambial ocorrida no período, bem como a marcação a mercado de dos derivativos (e dívidas) classificadas como FVH que se iniciaram em 2022 (em 2021 não havia nenhum derivativo FVH na companhia).
- Redução na linha de “Atualização do ativo financeiro da concessão” : é decorrente do reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para abril de 2023.
- Aumento na linha de “Valor residual de intangível e imobilizado”: referente as baixas recorrentes na operação dos serviços de distribuição, ocorridas no exercício de 2022.
- Redução na linha de “Créditos de subvenção desconto tarifário” : decorrente do ressarcimento à Companhia, referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio do crédito nas liquidações financeiras da CCEE.
- Redução da linha de “Ativo financeiro setorial” : a redução na constituição de ativo regulatório entre períodos é reflexo da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.
- Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” : variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.
- Variação na linha de “Pagamento de processos judiciais e outros riscos” : decorrente principalmente pelos pagamentos referentes a processos regulatórios no montante de R\$ 32.182 durante o exercício de 2022, além dos montantes pagos em processos das esferas trabalhista (R\$ 6.462) e cível (R\$ 37.709).
- Variação na linha de “Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados” : devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).
- Variação na linha de “Pagamento de juros de instrumento derivativo” : devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).
- Variação na linha de “Pagamentos de juros de arrendamento” e “Pagamentos de arrendamento (principal)” : aumento decorrente dos novos contratos ou contratos reajustados relacionados a aluguéis de imóveis.
- Variação na linha de “Captação de empréstimos e financiamentos” : Durante o exercício de 2022, foram feitas novas captações de dívidas com os bancos Scotiabank e Citibank, além da captação de mútuo com a EFI e a emissão de debêntures para financiar investimentos e capital de giro.
- Variação na linha de “Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)” : Foram feitas amortizações das dívidas e debêntures vincendas em 2022.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2022		Exercício findo em 31/12/2021		Var. % 2022 x 2021
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Bruta	12.212.544	100,00%	12.139.898	100,00%	0,60%
Fornecimento de energia elétrica	8.178.905	66,97%	7.974.895	65,69%	2,56%
Ativos e passivos financeiros setoriais	660.445	5,41%	1.455.569	11,99%	-54,63%
Subvenção Baixa Renda	295.596	2,42%	205.934	1,70%	43,54%
Subvenção de recursos da CDE	250.201	2,05%	250.764	2,07%	-0,22%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	473.786	3,88%	366.206	3,02%	29,38%
Receita de Construção	1.958.301	16,04%	1.157.874	9,54%	69,13%



Venda de Energia Excedente - MVE	70.591	0,58%	248.579	2,05%	-71,60%
Marcação a mercado de ativo indenizável	191.043	1,56%	328.258	2,70%	-41,80%
Outras Receitas	175.013	1,43%	151.819	1,25%	15,28%
Deduções da Receita	-3.644.240	-29,84%	-4.030.391	-33,20%	-9,58%
ICMS	-1.872.677	-15,33%	-2.022.316	-16,66%	-7,40%
COFINS	-638.646	-5,23%	-677.160	-5,58%	-5,69%
PIS	-138.653	-1,14%	-147.015	-1,21%	-5,69%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-63.232	-0,52%	-65.317	-0,54%	-3,19%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-565.767	-4,63%	-357.695	-2,95%	58,17%
Outros impostos e contribuições a receita	-17.034	-0,14%	-14.080	-0,12%	20,98%
Encargos do consumidor - CCRBT	-348.231	-2,85%	-746.808	-6,15%	-53,37%
Receita Operacional Líquida	8.568.304	70,16%	8.109.507	66,80%	5,66%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.343.362	-60,13%	-7.190.312	-59,23%	2,13%
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.046.005	-33,13%	-4.623.550	-38,09%	-12,49%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.330.380	-27,27%	-3.650.748	-30,07%	-8,78%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-715.625	-5,86%	-972.802	-8,01%	-26,44%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.297.357	-27,00%	-2.566.762	-21,14%	28,46%
Pessoal	-162.434	-1,33%	-175.832	-1,45%	-7,62%
Material e Serviços de Terceiros	-653.716	-5,35%	-580.948	-4,79%	12,53%
Depreciação e Amortização	-379.549	-3,11%	-316.298	-2,61%	20,00%
Custos de Desativação de Bens	-4.036	-0,03%	1	0,00%	<100%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-113.124	-0,93%	-188.552	-1,55%	-40,00%
Perda de recebíveis de clientes	-1.958.301	-16,04%	-62.978	-0,52%	>100%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-21.848	-0,18%	-19.700	-0,16%	10,90%
Custo de Construção	-1.958.301	-16,04%	-1.157.874	-9,54%	69,13%
Outras Despesas Operacionais	-75.208	-0,62%	-106.656	-0,88%	-29,49%
Receita de multas por impontualidade de clientes	83.914	0,69%	42.075	0,35%	99,44%
EBITDA	1.604.491	13,14%	1.235.493	10,18%	29,87%
EBIT	1.224.942	10,03%	919.195	7,57%	33,26%
Resultado Financeiro	-490.275	-4,01%	-263.699	-2,17%	85,92%
Receita Financeira	375.025	3,07%	158.010	1,30%	137,34%
Renda de aplicação financeira	29.930	0,25%	7.026	0,06%	325,99%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	59.861	0,49%	78.542	0,65%	-23,78%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	265295	2,17%	57236	0,47%	363,51%
Outras receitas financeiras	15.623	0,13%	23.112	0,19%	-32,40%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-17.562	-0,14%	-7.906	-0,07%	122,14%
Despesas financeiras	-780.599	-6,39%	-421.709	-3,47%	85,10%
Encargos de Dívidas e debêntures	-272.881	-2,23%	-134.038	-1,10%	103,58%
Encargos fundo de pensão	-7.583	-0,06%	-6.788	-0,06%	11,71%



Varição monetária de ativos e passivos setoriais	-118.245	-0,97%	-38.194	0,00%	209,59%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-40.571	-0,33%	-59.673	-0,49%	-32,01%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/sw ap	-186389	-1,53%	-34766	0,00%	436,12%
Atualização de Impostos, P&D/PEE	-8.074	-0,07%	-6.964	-0,06%	15,94%
Marcação a mercado de Dívida	-28.380	-0,23%	0	0,00%	n/a
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	-71.598	-0,59%	-117.953	-0,97%	-39,30%
Outras despesas financeiras	-46.878	-0,38%	-23.333	-0,19%	100,91%
Variações Cambiais	7.062	0,06%	-5.327	-0,04%	-232,57%
Variações cambiais - Empréstimos	74.692	0,61%	-82.183	-0,68%	-190,88%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	-69.885	-0,57%	80.602	0,66%	-186,70%
Outras Variações Cambiais	2.255	0,02%	-3.746	-0,03%	-160,20%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	734.667	6,02%	650.169	5,36%	13,00%
Tributos e Outros	-163.982	-1,34%	-161.582	-1,33%	1,49%
IR e CSLL	-242.964	-1,99%	-195.197	-1,61%	24,47%
Incentivo fiscal SUDENE	78.982	0,65%	33.615	0,28%	134,96%
Lucro Líquido do Período	570.685	4,67%	488.587	4,02%	16,80%

Comparativo do Resultado de 2022 x 2021

A Companhia encerrou 2022 com 4.213.056 unidades consumidoras (“consumidores”), 4,3% inferior em relação à quantidade de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 651,0 milhões. O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2022 apresentou uma queda de 83 GWh em relação ao ano de 2021, é explicado, principalmente, pelos efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída. Entre as classes, destacam-se a classe Residencial Baixa Renda apresentou em 2022 uma alta de 23,3%, respectivamente no volume se comparado ao mesmo período de 2021. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 9,8% frente ao ano anterior, decorrente das condições climáticas desfavoráveis ao longo do período e da migração para classe Baixa Renda. A classe industrial apresentou redução de 8,7%, explicado pela migração destes clientes para o mercado livre e parcialmente pela base comparativa de 2021 que foi bastante positiva. Na classe comercial, houve uma queda de 2,1% na base de comparação anual, decorrente da migração destes clientes para o mercado livre e das condições climáticas desfavoráveis no período. Já a classe Rural o ano de 2022 apresentou uma queda de volume de 7,5% frente o ano de 2021 decorrente dos efeitos da chuva, onde os agricultores acionaram menos os equipamentos de irrigação.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma queda de 2,7%, justificado principalmente efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída..

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. As melhorias observadas nos indicadores de qualidade durante o ano de 2022 são resultantes de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão. O indicador DEC fechou 2022 em 10,08 (12,02 em 2021) enquanto o FEC encerrou o ano em 4,23 (5,12 em 2021).

A Companhia investiu R\$ 459,3 milhões no acumulado do ano, com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 14,73% em 2022, uma queda de 1,59 p.p. relação às perdas registradas em 2021, de 16,32%. Desde 2020, o nível de perdas tem sido impactado pela pandemia do Covid-19 e a crise hídrica, onde observa-se



deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na identificação de irregularidades. A melhora no índice de perdas no referido período é reflexo da entrada em operação de duas novas subestações de Alta Tensão (Acarau e Ibiapina), impactando em menores perdas técnicas, com uma redução de 27GWh nas perdas técnicas na Alta Tensão e; o menor volume de energia injetada no 4T22 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes às principais variações ocorridas entre 2022 e 2021.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia incrementou R\$ 72,6 milhões em relação ao ano de 2021. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2022, alcançou o montante de R\$ 10,2 bilhões, o que representa uma queda de 6,6% (R\$ 727,8 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 10,9 bilhões. , O aumento da receita operacional bruta é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 176,1 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2021, como resultado principalmente do reajuste médio tarifário aplicado a partir de abril de 2022 e impactado positivamente, sobretudo, pelas classes Industrial, Comercial e Poder Público;
- Aumento de R\$ 107,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente.

O aumento na receita bruta no ano foi compensado pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 795,1 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 177,9 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Redução na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 137,2 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para abril de 2023; e

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2022 totalizaram R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em 2021, queda de 9,6% ou R\$ 386 milhões, resultado, sobretudo, da redução dos tributos, conforme detalhado abaixo:

- Redução de R\$ 196,2 milhões no total de tributos no ano de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 149,6 milhões); e
- Redução de R\$ 398,6 milhões nos encargos setoriais relativos principalmente à Conta de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. Em 2021 prevaleceu as bandeiras amarela, vermelha e de escassez hídrica enquanto em 2022, houve a vigência da bandeira verde a partir do segundo trimestre;

Custo do Serviço/Despesa Operacional

Em 2022 os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 153,1 milhões, ou 2,1%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 5,4 bilhões, 10,7% ou R\$ 647,4 milhões inferior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 6,0 bilhões. Este resultado é justificado principalmente pelas seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis em R\$ 730,6 milhões no ano de 2022 (queda de R\$ 69,8 milhões excluindo o efeito do custo de construção), explicado principalmente pela: (i) redução de R\$ 75,4 milhões na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no acumulado do ano justificado principalmente por



ações realizadas no período; (ii) redução na linha de perda de recebíveis de clientes no montante de R\$ 49,9 milhões em relação ao ano de 2021; e queda de R\$13,4 milhões na rubrica e despesa com pessoal. Essa queda (ex custo de construção) foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento de R\$ 72,8 milhões com despesa em Material e Serviços de Terceiros, em função principalmente dos maiores custos com reequilíbrio de contratos, pagamento mínimo e disponibilidade de materiais; (ii) Aumento de R\$ 41,8 milhões com receita de multas por impontualidade de clientes, justificado pela intensificação das ações por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência; e (iii) Aumento de R\$ 63,3 milhões na linha de depreciação e amortização;

- Redução dos custos não-gerenciáveis em 12,5% em relação ao registrado no ano de 2021. Tal variação é explicada, principalmente pela queda na rubrica energia elétrica comprada para revenda em R\$ 320,4 milhões, e redução nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 257,2 milhões, tendo em vista a melhora das condições hídricas.

EBITDA

Em 2022 o EBITDA da Enel Ceará atingiu o montante de R\$ 1.604,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 369,0 milhões em relação ao ano de 2021. A margem EBITDA da Companhia em 2022 foi de 18,7%, um aumento de 3,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia em 2022 foi de 24,3%, o que representa um aumento de 6,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 420,4 milhões, R\$ 151,3 milhões superior ao registrado em 2021. A variação observada explica-se, principalmente, pelo:

- Aumento líquido de despesa de R\$ 266,1 milhões nas rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, variação cambial de dívidas e encargos de dívidas e debêntures) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados para financiar investimentos e capital de giro;

Lucro Líquido do Período

Em 2022 a Companhia registrou lucro de R\$ 640,6 milhões, um incremento de R\$ 152,0 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da melhora do EBITDA, conforme explicação acima.

Endividamento e Liquidez

A dívida bruta da Companhia encerrou 2022 em R\$ 4.763 milhões, um incremento de R\$ 1.048 milhões em relação a 2021. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 1.654 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 517 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 773 milhões e R\$ 385 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 37 milhões.

A Companhia encerrou 2022 com o custo médio da dívida no período de 13,33% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800 milhões.



Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 8.178 milhões, representando um aumento de R\$ 176,1 milhões em relação a 2021, mesmo com um menor volume de energia vendida no mercado cativo (9.791 GWh em 2022 versus 10.066 GWh em 2021), decorrente principalmente, da redução do consumo na classe residencial convencional, devido as condições climáticas desfavoráveis ao longo do período.

O aumento observado na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica ocorreu principalmente em razão do reajuste médio tarifário de 21,09% aplicado a partir de abril de 2022.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.



Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira Escassez Hídrica:** possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022. A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.



Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022. A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%. Após a revisão tarifária extraordinária, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +21,09%.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de *commodities* sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

10.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c. eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em



31 de dezembro de 2022. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM n.º156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e que, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(R\$ mil, exceto %)	
EBITDA	1.604.491

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	640.570
(+) Resultado financeiro	420.390
(+) Imposto de renda e contribuição social	266.956
(-) Imposto de renda e contribuição social	(23.992)
(-) Incentivo fiscal	(78.982)
(+) Depreciação e amortização	379.549
(=) EBITDA	1.604.491

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações



O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

1) Novo contrato de mútuo

Em 3 de janeiro de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de R\$ 508.182. O desembolso ocorreu no dia 6 de janeiro de 2023 e a operação possui vencimento em 6 de fevereiro de 2023 a uma taxa de EUR + 4,00% a.a.

2) Novo contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Em 2 de janeiro de 2023, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de EUR + 4,00% a.a. para CDI + 1,44% a.a. O SWAP tem vigência com início em 6 de janeiro de 2023 e vencimento em 6 de fevereiro de 2023.

3) Nova emissão de debêntures

Em 4 de janeiro de 2023, a Companhia visando o reperfilamento de dívidas, fechou a proposta da emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 950.000. O desembolso da operação ocorreu em 11 de janeiro de 2023, a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e vencimento em 10 de janeiro de 2026.

4) Decisão STF – Coisa Julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de retenção lucro líquido, após distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, para formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito.



a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi destinado R\$398.704.457,54 para reserva de reforço de capital de giro.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi retido 62,2% para reserva de reforço de capital de giro da Companhia.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, respeitados os seguintes percentuais previstos no estatuto social para as ações preferenciais (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% para as ações preferenciais classe A; e (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% para as ações preferenciais classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. Nos termos do estatuto social da Companhia, os órgãos da administração <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, podem declarar dividendos intermediários, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo art. 204 da Lei 6.404/76, mediante levantamento de balanço intermediário, sendo que os dividendos intermediários seriam deduzidos do montante dos dividendos ao encerramento de cada exercício social.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	De acordo com os contratos de empréstimos internacionais 4131 emitidos pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide o item 2.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência



e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados a qual foi definida e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de setembro de 2020. A Política de Destinação de Resultados pode ser encontrada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página de relações com investidores da Companhia (https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores/enel-distribuicao-ceara/governanca-corporativa.html).
--	--

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2022, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de



R\$ 651,0 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia, além do investimento em novas conexões.

Os investimentos previstos para o exercício de 2023 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
Novas Conexões	651.020
Rede	459.299
Combate às Perdas	96.690
Qualidade do Sistema Elétrico	214.018
Adequação à carga	148.591
Outros	449.795
Total Investido	1.560.114
Aportes / Subsídios	(13.367)
Investimento Líquido	1.546.746

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo)

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A geração de caixa oriunda das atividades da Coelce, é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a companhia busca também financiamentos subsidiados de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento como Eletrobrás, créditos de outras instituições financeiras e emissões de dívida no mercado de capitais para financiar seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.



Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;*
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2022 a Enel Distribuição Ceará realizou 115 projetos que beneficiaram mais de 530 mil pessoas, com um investimento de R\$ 52 milhões. Também foram gerados R\$ 8,5 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2022, esses investimentos ambientais somaram R\$ 4,7 milhões.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



Anexo II – Destinação do Lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2022 (R\$)	640.570.410,49
---------------------------------------	----------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2022 (R\$)
Montante Global	160.975.710,17
Valor por Ação	R\$ 2,06762690

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi, subtraído o montante de R\$78.981.569,82 (setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos), relativo ao incentivo fiscal (SUDENE), e acrescido o montante de R\$114.000,00 (cento e quatorze mil reais), referente à reversão de dividendos prescritos, totalizou o lucro líquido ajustado passível de distribuição no montante de R\$561.702.840,67 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e dois mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos) o qual propõe-se a destiná-lo da seguinte forma: pagamento de dividendos no valor de R\$160.975.710,17 (cento e sessenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil, setecentos e dez reais e dezessete centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado, dos quais, aproximadamente, 15% (quinze por cento) referem-se ao dividendo mínimo obrigatório e, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) referem-se a juros sobre capital próprio já pagos no exercício de 2022, no montante de R\$137.000.000,00 (cento e trinta e sete milhões de reais), conforme deliberado em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28 de junho de 2022 e 07 de outubro de 2022.

O saldo, no valor de R\$400.727.130,50 (quatrocentos milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e trinta reais e cinquenta centavos), reduzido pelo valor de R\$2.022.672,96 (dois milhões, vinte e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$398.704.457,54 (trezentos e noventa e oito milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social. Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, será proposta a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, conforme item (iii) da Ordem do Dia, para deliberar sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.



5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe A	Ações Preferenciais classe B
Dividendos	R\$ 0,30795219	R\$ 0,30795219	R\$ 0,30795219

- b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

O pagamento dos dividendos deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2023, observado que, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) do 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (base de cálculo para determinação do dividendo mínimo obrigatório) referem-se a juros sobre capital próprio já pagos no exercício de 2022, no montante de R\$137.000.000,00 (cento e trinta e sete milhões de reais), conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/06/2022, e que será ajustado e deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios. Assim, até 31 de dezembro de 2023, caberá à administração pagar o saldo remanescente no valor de R\$23.975.710,17 (vinte e três milhões, novecentos e setenta e cinco mil e setecentos e dez reais e dezessete centavos).

- c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

25 de abril de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

- b) Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2022 (R\$)	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Lucro Líquido	640.570.410,49	488.586.722,95	265.181.441,72
Lucro Líquido por Ação	8,22770471	6,27557442	3,40607516
Lucro Líquido por Ação Ordinária	8,22770471	6,27557442	3,40607516



Lucro Líquido por Ação Preferencial A	8,22770471	6,27557442	3,40607516
Lucro Líquido por Ação Preferencial B	8,22770471	6,27557442	3,40607516

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2022 (R\$)	2021 (R\$)	2020 (R\$)	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Montante Global	160.975.710,17	131.308.888,01	164.561.934,41	164.561.934,41	165.342.327,70
Valor por Ação	2,06762690	R\$ 1,68657612	R\$ 2,11368958	R\$ 2,11368958	2,12371322

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, são asseguradas as ações preferenciais prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as de classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido passível de distribuição do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga. Eventual parcela não paga seria não cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Dividendos Mínimo Obrigatório (25 %) ref. Lucro de 2022	Valor (R\$)
Ordinária	99.386.559,57
Preferencial A	58.416.042,52
Preferencial B	3.173.108,43



e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Dividendos Mínimo por Ação	Valor (R\$)
Ordinária	2,06762690
Preferencial A	2,06762690
Preferencial B	2,06762690

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 29, (b) a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, respeitados os percentuais previstos no Estatuto para as ações preferenciais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos será superior ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual superior ao dividendo mínimo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar****a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 28, (ii), d) do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto.

b) Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões, de reais) será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

c) Descrever como o montante foi calculado

O saldo, no valor de R\$400.727.130,50 (quatrocentos milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e trinta reais e cinquenta centavos), reduzido pelo valor de R\$2.022.672,96 (dois milhões, vinte e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$398.704.457,54 (trezentos e noventa e oito milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social. Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, será proposta a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais) em AGE a ser realizada na mesma data da AGO.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**a) Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**a) Informar o montante destinado à reserva**

O valor de R\$ 78.981.569,82 (setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) será destinada à reserva de Incentivo Fiscal.

b) Explicar a natureza da destinação

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2025.



Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 13 da instrução CVM nº 81/2022 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 8 do formulário de referência da companhia

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia nota que, embora não possua uma política de remuneração formalmente aprovada, adota práticas de remuneração em linha com o previsto na legislação aplicável e orientações gerais do grupo Enel. Adicionalmente, as práticas de remuneração são estipuladas considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

As práticas de remuneração se aplicam aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e aos demais colaboradores da Companhia.

Em linha com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação da remuneração global e individual da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração é de competência da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia nota que a remuneração do Conselho Fiscal observará o previsto na legislação aplicável.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo. A Companhia Energética do Ceará visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração individual, seja ela variável ou fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disso, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas;
- e
- empresas em regiões competitivas.

As pesquisas são realizadas por consultorias certificadas e reconhecidas. A coordenação do processo de análise



e aplicação dos resultados práticos internamente é realizada pela área de pessoas e organização.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia. Vale notar que para o ano de 2020 a remuneração era paga de acordo com a participação em reuniões.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do Diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos Diretores Estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo (pago anualmente) e bônus de longo prazo (pagamento em 3 anos), com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os Diretores Estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece à seus Diretores Estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do Diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos Diretores não Estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo pago anualmente com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os Diretores não Estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:



A Companhia oferece à seus Diretores não Estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia. Vale notar que para o ano de 2020 a remuneração era paga de acordo com a participação em reuniões.

A remuneração do Conselho Fiscal observa os requisitos legais aplicáveis.

Comitês

A Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados. Quando instalados, caberá ao Conselho de Administração definir a composição da remuneração dos órgãos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Para a Diretoria Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Salário Base/ Pro Labore	61%	61%	60%
Bônus	37%	37%	28%
Benefícios Diretos e Indiretos	2%	2%	3%
Outros	0%	0%	9%
Total	100%	100%	100%

Para a Diretoria Não Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Não Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Remuneração fixa	77%	78%	76%
Remuneração variável	20%	19%	21%
Benefícios	3%	3%	3%
Total	100%	100%	100%

Conselho de Administração	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020



Remuneração por Participação em Reuniões	0%	0%	100%
Salário Base	100%	100%	0%
Total	100%	100%	100%

Conselho Fiscal	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Remuneração por Participação em Reuniões	0%	0%	100%
Salário Base	100%	100%	0%
Total	100%	100%	100%

A Companhia não possui comitês instalados ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunere seus membros.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para a Diretoria Estatutária, não Estatutária e conselhos de Administração e Fiscal, a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração é proposta pela Diretoria de Pessoas e Organização seguindo práticas do acionista controlador, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo e submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Adicionalmente a Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores referências de mercado disponíveis e para manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. Estas pesquisas consideram amostra de empresas de porte semelhante ao da Companhia.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável da Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária é baseada em indicadores de desempenho de cunho econômico-financeiro relacionados à lucratividade do negócio da Companhia, medido por exemplo através do EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) e lucro líquido; geração de caixa, através do fluxo de caixa operacional (FFO) e o nível de despesas operacionais (OPEX), entre outros.

Ademais, na definição da remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria não Estatutária, também são considerados aspectos relacionados à métricas ASG, tais como indicadores relacionados à segurança do trabalho, que abrange tópicos como frequência de acidentes de trabalho e ocorrências de fatalidades, em conformidade com indicadores incluídos no framework do GRI (Global Reporting Initiative).

A Companhia nota que, indicadores referentes à projetos específicos relacionados as áreas de atuação dos Diretores Estatutários também podem vir a compor a respectiva remuneração variável. Tais indicadores compõem o MBO (Management by Objectives) da Companhia. De acordo com o conceito deste programa, cada indicador de desempenho possui uma meta específica, onde existe um percentual mínimo de atingimento.

As metas individuais são definidas a nível global e desdobradas para os membros da Diretoria Estatutária, não Estatutária. Os indicadores de desempenho são verificados através do acompanhamento de assuntos correlatos, no mínimo bimestralmente, quando ocorre a Reunião do Conselho de Administração presidida pela Diretoria Estatutária. A avaliação de atingimento é realizada anualmente pela Holding do Grupo.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os elementos que compõem a remuneração levam em conta as práticas de mercado, legislação e diretrizes do



acionista controlador, a fim de garantir maior atratividade e retenção de renomados administradores para a Companhia.

A partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia renunciaram integralmente ao recebimento de remuneração relativa ao exercício de suas funções na Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da Diretoria da Companhia possui remuneração (fixa e variável) suportada pelo acionista controlador.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício Corrente – 2023 (previsto)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,00	11,00	3,00	22,00
Número de membros remunerados	1,00	11,00	3,00	15,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base ("Fixo")	298.080,00	8.387.202,77	0,00	8.685.282,77
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	1.265.992,87	0,00	1.265.992,87
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	6.171.715,25	0,00	6.171.715,25
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	303.278,56	303.278,56



Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	298.080,00	15.824.910,89	303.597,24	16.426.269,45
Observações: O número de membros dos órgãos foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.				



Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal
Exercício 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,00	10,75	3,00	21,75
Número de membros remunerados	2,00	4,00	3,00	9,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base ("Fixo")	341.980,61	3.567.041,72	0,00	3.909.023,33
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	119.002,71	0,00	119.002,71
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	2.200.658,77	0,00	2.200.658,77
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	243.597,24	243.597,24
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	341.980,61	5.886.703,20	243.597,24	6.472.281,05

Observações: O número de membros dos órgãos foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.



Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal
Exercício 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,75	8,42	3,00	20,17
Número de membros remunerados	3,00	4,00	3,00	10,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base ("Fixo")	323.912,26	3.575.455,16	0,00	3.899.367,42
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	146.497,21	0,00	146.497,21
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	2.147.059,00	0,00	2.147.059,00
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	194.680,64	194.680,64
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	323.912,26	5.869.011,37	194.680,64	6.387.604,27

Observações: O número de membros dos órgãos foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.



Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,00	9,33	3,00	20,33
Número de membros remunerados	3,00	6,00	3	12,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base ("Fixo")	0,00	3.019.469,42	0,00	3.019.469,42
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	135.836,76	0,00	135.836,76
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	0,00	444.934,57	0,00	444.934,57
Remuneração Variável Anual				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	1.406.914,87	0,00	1.406.914,87
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	71.910,38	0,00	175.101,12	247.011,5
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	71.910,38	5.007.155,62	175.101,12	5.254.167,12
Observações: O número de membros dos órgãos foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.				



13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31.12.2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,00	11,00	3,00	22,00
Número de membros remunerados	0,00	11,00	0,00	11,00
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.171.715,25	-	6.171.715,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.171.715,25	-	6.171.715,25
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-



Remuneração variável para o exercício social corrente (31.12.2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,00	10,75	3,00	21,75
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.244.671,95	-	2.244.671,95
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.870.559,96	-	1.870.559,96
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	2.200.658,77	-	2.200.658,77
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-


Remuneração variável para o exercício social corrente (31.12.2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,75	8,42	3,00	20,17
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.197.896,23	-	2.197.896,23
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.831.580,19	-	1.831.580,19
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	2.147.059,00	-	2.147.059,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-



Remuneração variável para o exercício social corrente (31.12.2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,00	9,33	3,00	20,33
Número de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.722.646,01	-	1.722.646,01
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.477.205,01	-	1.477.205,01
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.406.914,87	-	1.406.914,87
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social plano de remuneração baseado em ações.



13.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

13.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
De Emissão da Própria Companhia	0	0	0
Ações Ordinárias	0	0	0
Ações Preferenciais Classe A	3,00	0	3.001
Ações Preferenciais Classe B	0	0	0



* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

13.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Exercício social findo em 31/12/2022		
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número de membros	10,75	8,00
c) Número de membros remunerados	2,00	0
d) Nome do plano	Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano de Contribuição Definida – Plano CD	N/A
e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	3,00	N/A
f) Condições para se aposentar antecipadamente	No Plano de Benefícios Definidos o participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade; 30 anos de contribuição para o INSS, se homem, e 25 anos, se mulher; 15 anos de filiação ao Plano e esteja desligado do empregador; No Plano de Contribuição Definida pode aposentar-se desde que tenha, no mínimo, 10 anos de vínculo com o empregador; 5 anos de filiação ao Plano; idade mínima de 48 anos, se mulher, e 50, se homem, e estar desligado do patrocinador.	N/A
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 67.330,89	N/A
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 923.847,20	N/A
i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O resgate é permitido em ambos os Planos, entretanto no Plano BD o participante só terá direito ao total de contribuições vertidas pelo próprio, enquanto no Plano CD, além de resgatar 100% das suas contribuições, o participante tem direito a uma parcela das contribuições efetuadas pelo	N/A



	empregador. O resgate só é permitido após o desligamento da patrocinadora (COELCE).	
--	---	--

13.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Exercício social findo em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	8,00	10,75	3,00
Número de membros remunerados	2,00	4,00	3,00
Valor da maior remuneração	170.990,31	2.532.205,89	81.199,08
Valor da menor remuneração	170.990,31	1.322.558,36	81.199,08
Valor médio da remuneração	170.990,31	1.471.675,80	81.199,08

	Exercício social findo em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	8,75	8,42	3,00
Número de membros remunerados	3,00	4,00	3,00
Valor da maior remuneração	107.970,75	2.600.083,54	64.893,55
Valor da menor remuneração	107.970,75	902.104,41	64.893,55
Valor médio da remuneração	107.970,75	1.467.252,84	64.893,55

	Exercício social findo em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	8,00	9,33	3,00
Número de membros remunerados	3,0	6,0	3,0
Valor da maior remuneração	23.970,12	1.701.641,56	58.367,04
Valor da menor remuneração	23.970,12	897.170,67	58.367,04
Valor médio da remuneração	23.970,12	1.251.788,91	58.367,04

Observações:

2022

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas



no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2021

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2020

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado [considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado [considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

13.16.Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam



mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração e/ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.17.Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2022	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	47%	63%	63%	63%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

13.18.Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum pagamento aos administradores decorrentes de serviços prestados que divergem das funções por eles ocupadas.

13.19.Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlada da Companhia, como remuneração de membros do Conselho Fiscal, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

Os valores indicados referem-se a remuneração paga a Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração por controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, pelo exercício de cargo de administração em outras sociedades do grupo.

Conselho de Administração	2020	2021	2022	Previsto para 2023
Controladores Diretos e Indicadores				
Fixa	1.948.631,03	1.037.075,95	1.080.070,78	1.080.070,78
Variável	655.828,35	1.364.650,73	-	-

Diretoria Estatutária	2020	2021	2022	Previsto para 2023
Controladores Diretos e Indicadores				



Fixa	2.193.045,73	1.461.080,48	3.731.758,46	3.731.758,46
Variável	976.596,52	1.676.334,01	1.809.798,52	1.809.798,52
Sociedades sob Controle Comum				
Fixa	1.345.823,03	2.260.871,89	2.705.513,06	2.705.513,06
Variável	599.315,40	470.724,99	1.126.778,84	1.126.778,84

13.20.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante relacionada à esta seção 8.



Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas. Itens 7.3 a 7.6

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidas no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar independência
- l) número de mandatos consecutivos
- m) informações sobre:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer



Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos
Jorge Parente Frota Junior	77	Economista	001.841.793-00	Membro Titular do Conselho Fiscal	25/04/2023	25/04/2023	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	7
Antonio Cleber Uchoa Cunha	69	Engenheiro	053.637.133-49	Membro Titular do Conselho Fiscal	25/04/2023	25/04/2023	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	17
Antonio Cleto Gomes	62	Advogado	136.627.323-00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	25/04/2023	25/04/2023	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	4
Aldemir Ferreira de Paula Augusto	50	Advogado	620.303.374-04	Membro Suplente do Conselho Fiscal	25/04/2023	25/04/2023	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	17



Nome	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Jorge Parente Frota Junior	Ocupou o cargo de Diretor Comercial na Companhia Brasileira de Laticínios - CBL, onde atualmente é Sócio -Diretor. Foi Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI/CE, Diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SESI/CE, Diretor Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/CE e Membro do Conselho Temático da Integração Nacional da Confederação Nacional da Indústria - FIEC.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Antonio Cleber Uchoa Cunha	Desde outubro de 1997 é Cônsul Honorário do Chile em Fortaleza. Ocupou o cargo de Diretor da União das Classes Produtoras do Ceará-UCP e Membro do Conselho Curador da Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas-FACTA, em Campinas-SP. Foi Membro do Conselho de autoridade portuária do porto do Mucuripe, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, do Conselho do SEBRAE, do Conselho de representantes da FIEC, do ato de Cooperação do Estado do Ceará, do Conselho Estadual do Trabalho do Ceará, do Conselho de Administração da Coelce e do Pensamento Nacional das Empresas Empresariais – PNB E. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Estado do Ceará-FAVIC e é Secretário das Finanças no município do Maracanaú – CE.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Antonio Cleto Gomes	Sócio-Diretor de Cleto Gomes – Advogados Associados desde 1992.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A



Aldemir Ferreira de Paula Augusto	Associado gerente das filiais de Fortaleza (CE) e Recife (PE) do escritório profissional De Rosa Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados S/C, atua como especialista em Direito Tributário, Comercial e Societário	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
-----------------------------------	---	-----	---	---	---	-----

7.3 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal	Presença do Conselheiro / Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Antonio Cleber Uchoa Cunha	04/04	100%
Jorge Parente Frota Junior	04/04	100%

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, visto que os candidatos ao Conselho Fiscal mencionados no item 7.3 não fazem parte de comitês ou outras estruturas da Companhia.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há



c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.



Anexo V – Aprovação da realização do aumento de capital da Companhia

Nos termos previstos do artigo 15 da Resolução CVM 81 de 2022, com redação dada pela Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021.

a) Informar valor do aumento e do novo capital social

R\$197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais) – aumento do capital social.

R\$ 1.282.346.885,77 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) – novo capital social.

b) Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou debônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

Capitalização de lucros ou reservas.

c) Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Considerando que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2022, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei 6.404/76, a Companhia propõe que seja deliberado em Assembleia Geral Extraordinária sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor R\$197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais).

d) Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal

Não aplicável.

e) Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- **Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas**

Não implicará em alteração do valor nominal das ações da Companhia.

- **Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal**

Sem modificação do número de ações da Companhia.



f) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável.

Anexo VI – Aprovação da modificação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
Companhia aberta
CNPJ N.º 07.047.251/0001-70
NIRE N.º 23300007891

O Conselho de Administração da **Companhia Energética do Ceará - COELCE** (“Coelce” ou “Companhia”) submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25/04/2023, nos termos a seguir expostos:

Proposta da administração para alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 12 da Res. CVM 81 de 2022, a Administração apresenta o estatuto social atual, demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	Sem alteração.
ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$1.085.346.885,77 (um bilhão, oitenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinquenta e duas mil e	ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ 1.282.346.885,77 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinquenta e duas mil e	Capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$197.000.000,00 (cento e noventa e sete milhões de reais), tendo em vista que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2023, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei 6.404/76 de 1976 - Lei 6404/76.



setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	
---	---	--